

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.653 - RJ (2018/0317863-4)

AGRAVANTE : JEAN DE SOUZA LELLES
ADVOGADO : MARIA REGINA DE SOUSA JANUARIO - RJ178336
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JEAN DE SOUSA LELLES contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, e de agravo interposto pela UNIÃO contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, Jean de Sousa Lelles ajuizou ação ordinária com valor da causa atribuído em R\$ 66.380,00 (sessenta e seis mil trezentos e oitenta reais), em janeiro de 2015, tendo como objetivo a condenação da ré a proceder à reforma do autor com proventos integrais da graduação que detinha na ativa, ou, se constatada a invalidez, com proventos do grau hierárquico superior, nos termos do artigo 106, III e 108, III da Lei nº 6.880/80, com o pagamento de parcelas remuneratórias e vantagens a que teria direito se reformado estivesse, incluindo isenção de imposto de renda e ajuda de custo de transferência para a inatividade remunerada, a contar de 26.05.2014, além da condenação em danos morais.

Após sentença que julgou procedente em parte o pedido autoral, foi interposta apelação, que teve seu provimento parcialmente concedido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, ficando consignado que o Autor faz jus à concessão de reforma remunerada com a remuneração do posto que ocupava na ativa, mas não a danos morais.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

REMESSA NECESSÁRIA. APELAÇÕES. ADMINISTRATIVO. MILITAR. CONCESSÃO DE REFORMA REMUNERADA. ACIDENTE EM SERVIÇO. ART. 108, INCISO III, C/C ART. 109, DA LEI Nº 6.880/80. INCAPACIDADE DEFINITIVA APENAS PARA O SAM. RECEBIMENTO DE AJUDA DE CUSTO. CABIMENTO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.215-10/2001. DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. O autor ingressou no Exército em 1º/03/2010. Em 12/06/2010, quando participava de missão de salto de pára-quedas no Campo dos Afonsos, foi atingido pela fita de acionamento do equipamento, causando-lhe ruptura muscular no braço esquerdo.

2. O Egrégio Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o militar temporário ou de carreira que, por motivo de doença ou acidente

Superior Tribunal de Justiça

em serviço, tornou-se definitivamente incapacitado para o serviço ativo das Forças Armadas faz jus à reforma (STJ - AgRg nos Embargos de Divergência no REsp nº 1.095.8710/RJ. Relatora: Ministra Laurita Vaz. Órgão julgador: Corte Especial, julgado em 18/11/2015. DJe 16/12/2015).

3. Na presente hipótese, a inspeção médica realizada pelo perito judicial concluiu que o autor possui rutura completa do bíceps braquial esquerdo e rigidez do cotovelo esquerdo, contraída durante acidente em serviço, mas que não o incapacita, total e permanentemente, para a prática de atividades laborativas civis. Dessa maneira, faz jus à concessão de reforma remunerada com a remuneração do posto que ocupava na ativa, ex vi do artigo 108, inciso III, c/c artigo 109, ambos da Lei nº 6.880/80.

4. A transferência para a inatividade, decorrente da concessão de reforma remunerada, assegura ao autor o recebimento da ajuda de custo prevista pelo artigo 3º, inciso XI, alínea 'b', e artigo 9º, ambos da Medida Provisória nº 2.215-10/2001 (Precedentes: TRF5 - APELRE 08002305620144058305, Relator: Desembargador Federal Cid Marconi, 3ª Turma, DJe: 15/09/2015; TRF5 - AC 0800024-08.2015.4.05.8305, Relator: Desembargador Federal Lázaro Guimarães, 4ª Turma, DJe: 23/07/2015; TRF5 - AC 00005334020134058305, Relator: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli, 4ª Turma, DJe: 06/02/2014).

5. In casu, o pedido de indenização a título de danos morais, em razão da demora do Comando do Exército em efetuar a reforma do autor, não merece prosperar, já desde maio de 2011 este se encontra dispensado de exercer as atividades militares cotidianas, sendo que em momento algum ficou sem receber a sua remuneração. A demora administrativa para implementar o benefício de reforma do militar não pode ser considerado ofensa grave e de repercussão tal, que, por si só, já ensejaria a reparação pretendida, gerando vergonha e dor fora da normalidade, mas apenas mero aborrecimento, o que não é indenizável.

6. No caso dos autos, tendo em vista: (i) o tempo de duração do feito (demanda ajuizada em 14/01/2015); (ii) bem como as intervenções realizadas durante o curso do processo pelo advogado da parte autora (que apresentou Agravo de Instrumento, réplica à Contestação, quesitos a serem respondidos pelo perito judicial, Embargos de Declaração, Apelação e Contrarrazões à Apelação da União), razoável a fixação dos honorários advocatícios no patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, assim como estabelecido pelo MM. Juízo a quo, pois tal percentual revela-se suficiente e adequado para recompensar os serviços realizados pelo referido causídico.

7. Dado parcial provimento à remessa necessária e à apelação da União Federal, para afastar a condenação por danos morais. Dado parcial provimento ao recurso de apelação da parte autora, para condenar a União ao pagamento da ajuda de custo prevista pelo artigo 3º, inciso XI, alínea 'b', e artigo 9º, ambos da Medida Provisória nº 2.215-10/2001.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, Jean de Sousa Lelles interpôs recurso especial, apontando violação do art. 927, parágrafo único, do CC/02, bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que ficou comprovada a ocorrência de dano ao Recorrente, devendo este ser indenizado.

Superior Tribunal de Justiça

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula nº 7/STJ, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

A União interpôs recurso especial, apontando violação ao art. 108, III, da Lei nº 6.880/80.

Sustenta, em síntese, que a incapacidade definitiva, para ensinar a reforma deve ser total, isto é, o militar deve estar impossibilitado de desempenhar todo e qualquer trabalho no serviço militar, o que inclui tanto as atividades tipicamente militares, quanto as burocráticas, o que alega não ter ocorrido.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula 7/STJ, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

Parecer do MPF pelo não conhecimento de ambos os recursos.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DE JEAN DE SOUSA LELLES

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Verifica-se que a irresignação do recorrente acerca da existência de dano moral a ser indenizado, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu, à fl.

488, que a situação somente provocou "mero aborrecimento suportado pelo autor, o que não é indenizável".

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Quanto à alegada divergência jurisprudencial, verifico que a incidência do óbice sumular n. 7/STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados.

Nesse sentido, destaco:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. HEPATITE C. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, entendeu que não há nexo causal entre a conduta dos agentes públicos e os danos sofridos pelos ora agravantes, e que estes não trouxeram provas para corroborar o que alegou.

2. Não é cabível em Recurso Especial o exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em vista do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. A incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.612.647/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. A reforma do acórdão recorrido, no sentido de se entender pela falsidade da prova pericial, da existência de documento novo e da ocorrência de erro de fato, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 638.513/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017.)

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO

Considerando que o agravante, além de atender aos demais

pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Verifica-se que a irresignação do recorrente acerca da alegação de que não teria sido comprovada a incapacidade do Autor para exercício de toda e qualquer atividade no serviço militar, o que obstaria o reconhecimento de seu direito, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu, às fls. 484-487, que o autor se encontra incapaz definitivamente para o serviço militar ativo, mas não o incapacita para a prática de atividades laborativas civis.

No caso, tendo sido estatuído no acórdão recorrido que o militar sofreu acidente de serviço, não há que se perquirir acerca de incapacidade total (invalidez) para obtenção do direito à reforma, bastando o reconhecimento da incapacidade para o serviço das forças armadas, neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO. INCAPACIDADE DEFINITIVA PARA O SERVIÇO MILITAR. DIREITO À REFORMA NO MESMO GRAU HIERÁRQUICO. AFERIÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O SERVIÇO MILITAR EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE EM SERVIÇO. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. É remansoso o entendimento do STJ de que o militar, ainda que temporário, quando demonstrada sua incapacidade para o serviço castrense, faz jus à reforma remunerada, desde que demonstrado o nexo de causalidade entre a moléstia sofrida e a prestação do serviço militar. Precedentes do STJ: AgRg nos EREsp 1095870/RJ, Rel. Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe 16.12.2015; AgInt no REsp 1506727/RS, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 4.4.2017.

2. Hipótese em que o Tribunal *a quo*, com base na prova dos autos, consignou estarem presentes os elementos constitutivos da incapacidade laborativa em razão do serviço prestado às Forças Armadas. A revisão desse entendimento implica reexame de provas, obstado pelo teor da Súmula 7 do STJ.

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1653054/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 19/06/2017)

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

No mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO. MILITAR. REFORMA PARA POSTO EM QUE SE ENCONTRAVA NA ATIVA. INCAPACIDADE PARA AS

Superior Tribunal de Justiça

ATIVIDADES DA VIDA MILITAR. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 106, 108, 121, §3º, "a" DA LEI 6.880/1980. NÃO-OCORRÊNCIA. MILITAR TEMPORÁRIO. AFERIÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O SERVIÇO MILITAR EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE EM SERVIÇO. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. É remansoso o entendimento do STJ de que o militar, ainda que temporário, quando demonstrada sua incapacidade para o serviço castrense, faz jus à reforma remunerada, desde que configurado o nexo de causalidade entre a moléstia sofrida e a prestação do serviço militar.

2. Hipótese em que o Tribunal a quo, com base na prova dos autos, consignou estarem presentes os elementos constitutivos da incapacidade laborativa em razão do serviço prestado às Forças Armadas. A revisão desse entendimento implica reexame de provas, obstado pelo teor da Súmula 7 do STJ.

3 Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1733529/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 21/11/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço dos agravos para não conhecer de ambos os recursos especiais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator